

## As literaturas africanas de língua portuguesa no livro didático do 9º ano

Elaine Xavier Lima Babinski<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-1188-8263>

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir as atividades de literaturas africanas presentes no livro didático Português: Linguagens, 9º ano de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2012). Buscou-se analisar quais os textos literários que o livro oferece aos alunos para que estes tenham acesso à valorização da cultura e da história africana como estabelece a Lei nº 10.639/03. Entretanto, para discutir tais temas foi necessário pensar primeiramente sobre as relações étnico-raciais presentes no cotidiano escolar. Para isto utilizou-se as perspectivas teóricas de Amâncio (2008), Gomes (2010), Alexandre (2011); Oliveira, Tinoco, Santos (2014), entre outros. Posteriormente, foi analisada a atividade disponibilizada no livro para verificar se esta estava de acordo com o que diz a lei, além de refletir sobre possíveis caminhos que o professor poderia seguir com a atividade. Dessa forma, buscou-se analisar o livro didático, por se tratar de um recurso pedagógico muito utilizado pelo professor, e que muitas vezes se constitui como o único acesso à literatura para muitos estudantes. Espera-se que este artigo contribua para que professores de língua portuguesa possam refletir sobre as literaturas africanas e as relações étnico-raciais no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Literaturas africanas, Lei nº 10.639/03, Livro didático.

### Abstract

This article aims to present and discuss how African literature activities present in the Portuguese textbook: Linguagens, 9º ano de William Roberto Cereja and Thereza Cochar Magalhães (2012). We sought to analyze which literary texts the book offers students so that they have access to the appreciation of African culture and history, as established in Law nº 10.639 / 03. However, to discuss these themes it was necessary to think about how ethnic relations -races present in school daily life. For this, the theoretical perspectives of Amâncio (2008), Gomes (2010), Alexandre (2011) are used; Oliveira, Tinoco, Santos (2014), among others. Subsequently, an activity made available in the book was analyzed to check if he was agreed with what the law says, in addition to reflecting on possible paths that the teacher could follow with an activity. Thus, we seek to analyze the textbook, as it is a pedagogical resource widely used by the teacher, and which is often considered as the only access to literature for many students. It is hoped that this article will contribute to Portuguese language teachers who can reflect on African literature and on ethnic-racial relations in the school context.

**Key-words:** African literatures, Law nº 10.639 / 03, Textbook.

### Introdução

Diante das inúmeras discussões a respeito da Lei nº 10.639/03, este artigo<sup>2</sup> visa discutir as atividades voltadas para as literaturas africanas presentes no livro didático

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UNEMAT/Campus Tangará da Serra/MT, Orientador Prof. Dr. Aroldo José Abreu Pinto. Mestra em Letras pela UNEMAT/Campus Sinop/MT. Professora/SEDUC/MT. E-mail:: [ela13ine@hotmail.com](mailto:ela13ine@hotmail.com).

Português: Linguagens, 9º ano de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2012). Cabe ressaltar que este artigo fez parte da dissertação do Mestrado Profissional em Letras da UNEMAT/UFRN, apresentado em 2015. A dissertação apresentou uma análise do livro didático, contextualizou as dificuldades enfrentadas pelos professores de língua portuguesa em trabalhar de acordo com Lei nº 10.639/03, e em seguida desenvolveu uma proposta de intervenção pedagógica numa turma de 9º ano, visando trabalhar os contos africanos interligados com o uso da tecnologia em sala de aula. A intervenção pedagógica foi desenvolvida na Escola Estadual José Domingos Fraga, situada em Sorriso/MT.

Cabe ressaltar que diante dos limites que um artigo nos impõe não foi possível apresentar todos os caminhos trilhados na dissertação, desse modo, encontra-se neste artigo a primeira parte da dissertação referente ao estudo desenvolvido sobre o livro didático utilizado na época pelos alunos do 9º ano. A reflexão aqui apresentada é de suma importância, afinal para a intervenção citada anteriormente foi preciso entender quais recursos o livro didático oferecia aos professores de português para que trabalhassem de acordo com o que estabelece a Lei nº 10.639/03, e posteriormente desenvolver uma atividade que estaria mais de acordo com a realidade dos estudantes. É necessário compreender o material que os professores dispõem e analisar seus pontos fortes e suas falhas. Desse modo, partiremos para as reflexões acerca do livro didático e o desafio para se abordar as literaturas africanas de língua portuguesa nas escolas.

## **As literaturas africanas de língua portuguesa na escola pública**

Trabalhar com o ensino das literaturas africanas de língua portuguesa na escola pública é algo desafiador, uma vez que muitos professores encontram dificuldades para trabalhar inclusive a literatura brasileira na sala de aula. Muitas vezes, tratam a literatura como um apêndice do livro didático ou mesmo a deixam de lado. Outro enfrentamento, é a forma depreciativa como as literaturas africanas são apresentadas em alguns livros didáticos de língua portuguesa, fazendo com que o professor necessite buscar outras fontes para promover o contato dos alunos com produções de escritores africanos, e

---

<sup>2</sup> Este artigo é uma das discussões presente na dissertação intitulada “Hiperconto: a releitura de contos africanos como motivação para o letramento literário” do Programa de Mestrado Profissional em Letras/ UNEMAT/Sinop, elaborada entre 2014 e 2015 e orientada pelo Prof. Dr. Antonio Mantovani.

nesse caso o docente enfrentará outro desafio, devido à falta de materiais disponíveis sobre o assunto tanto nas bibliotecas escolares como também na internet.

Ainda sobre o livro didático é possível verificar que muitos ainda se referem à África de modo geral e único, quase sempre ignorando ou apagando a diversidade cultural presente nesse gigantesco continente. Muitos materiais apresentam somente a escravidão e o preconceito racial como única forma de discutir e inserir as culturas africanas em sala de aula. Muitas vezes, as literaturas dos países africanos que falam o português são praticamente ignoradas. Dessa forma, nota-se que alguns livros didáticos ainda não estão de acordo com a Lei nº 10.639/03<sup>3</sup> que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio, promulgada no dia 9 de janeiro de 2003. No dia 10 de março de 2008, essa Lei sofreu alteração sendo acrescentada a Cultura Indígena, alterando para 11.645/2008.

Hoje, 17 anos depois da sanção da lei, ainda há muito que pensar sobre como trabalhar a cultura africana na escola, uma vez que ainda falta a disponibilização de materiais sobre a cultura e produções africanas nas bibliotecas escolares, alunos e professores pouco tem contato com obras africanas, desconhecendo escritores como Pepetela, Luandino Vieira, Manuel Rui, Arnaldo Santos, João Melo, José Eduardo Agualusa, Ondjaki, Mia Couto, José Craveirinha, Luís Bernardo Honwana, Paulina Chiziane, Manuel Lopes, entre outros. Muitas vezes, os docentes se motivam a estudar este tema em sala de aula devido às inúmeras situações que muitos professores e alunos presenciam no dia a dia, a exemplo do *bullying*. Ainda há infelizmente no ambiente escolar, assim como fora dele também, situações em que alunos insultam colegas de sala com palavras ofensivas que muitas vezes está relacionada à cor de pele.

Os xingamentos prejudicam a construção de uma identidade positiva na criança. Ao longo da vida escolar e social vai internalizando que é feio, é sujo e desprovido de inteligência, passando a não gostar de seu corpo, a rejeitar a si mesmo. Assim, é comum ouvirmos que negro tem preconceito de si mesmo, que não se aceita. (ALEXANDRE, 2011, p 91)

Dessa forma, ainda é possível presenciar situações de preconceito e desrespeito em sala de aula, e muitas vezes fora dele também, pessoas inferiorizando, humilhando e ofendendo outras pela cor da sua pele. Percebe-se que ainda há nas escolas uma

<sup>3</sup> O texto integral da Lei 10.639/03 encontra-se no endereço [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm#art79a](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm#art79a)

resistência em tratar esse assunto, muitas vezes ignoram-se questões relacionadas às relações étnico-raciais. Percebe-se de certo modo um silenciamento que chega até mesmo ao desconhecimento de existir racismo no ambiente escolar.

A literatura e a cultura africana nas escolas são pouco apresentadas aos alunos como já se disse, e pouco trabalhadas até pela falta de materiais disponíveis ao professor. E quando há materiais como livro de literaturas africanas disponíveis nas bibliotecas ainda é possível faltar qualificação e interesse do professor em desenvolver por meio da leitura de escritores africanos a fruição, a reflexão, a fabulação, a imaginação, entre outras sensações e emoções que a leitura literária é capaz de oferecer ao leitor. A lei é uma realidade com muito custo conquistada, cabe a partir dela um trabalho mais efetivo com políticas públicas que contemplem as escolas para que se adequem e busquem meios para oportunizar o contato com textos literários de escritores africanos. As universidades são alternativas que podem promover cursos de qualificação aos professores que não estudaram a história, cultura e literaturas africanas nas graduações, oferecendo oficinas, materiais, recursos que pouco chegam às bibliotecas escolares.

A escola deve incentivar e promover nos cursos de formação para educadores, o contato com textos norteadores para a qualificação no que se refere à história e cultura africana. Por falta de conhecimento sobre a África, muitos educadores legitimam preconceitos e estereótipos. O professor necessita de uma formação cujo objetivo é o de abordar a cultura africana de modo afirmativo em suas aulas, para que promova a valorização voltada para as práticas sociais. Segundo Kleiman:

(...) é na escola, agência de letramento por excelência de nossa sociedade, que devem ser criados espaços para experimentar formas de participação nas práticas sociais letradas e, portanto, acredito também na pertinência de assumir o letramento, ou melhor, os múltiplos letramentos da vida social, como o objetivo estruturante do trabalho escolar em todos os ciclos (KLEIMAN, 2007, p.21).

Diante do exposto, a escola precisa tornar-se um lugar democrático e promover o protagonismo dos alunos por meio de práticas sociais pertinentes a realidade em que vivem. O trabalho desenvolvido durante a pesquisa de dissertação do Mestrado Profissional em Letras, recortado para este artigo, pretendeu desenvolver atividades que oportunizassem o ensino das literaturas africanas na escola em consonância com a lei 10.639/03, visando “o estudo da História da África e dos Africanos (...), a cultura negra

brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil”. As atividades desenvolvidas com a turma do 9º Ano do Ensino Fundamental mostrou, por meio de vídeos e documentários, uma África desconhecida para muitos estudantes. Já a leitura dos contos africanos angolanos, foi possível observar que os estudantes do 9º ano tiveram uma aproximação com o cotidiano escolar dos alunos angolanos, passando a refletir sobre suas experiências, realidades, sonhos, etc. Desse modo, conhecer a literatura angolana desenvolveu nos alunos do 9º ano, uma percepção e reflexão sobre a educação, bem como a trans(formação) de valores/crenças até então cristalizados na nossa sociedade visando a depreciação e o apagamento de toda a riqueza cultural, social dos africanos. Assim, a dissertação oportunizou a valorização da cultura e a diversidade angolana por meio da literatura, possibilitando aos estudantes conhecer o outro para refletirem sobre suas vivências e a escola em que estudam.

### **As relações étnico-raciais no contexto escolar**

No ambiente escolar ocorrem diversos conflitos tanto na relação entre professor/aluno como entre aluno/aluno, alguns dos motivos para existirem tais intrigas, entre alunos, em sala possui como pretexto o preconceito referente ao peso, altura, estilo de roupa, gostos musicais, cor da pele, entre outros. Contudo, o preconceito racial na sala de aula é o que move as discussões no presente artigo, uma vez que as causas por existir as ofensas hoje nas escolas relacionadas à cor da pele, diz respeito a toda uma história de exploração, humilhação e dor sofridas pela população negra no Brasil.

A escola deve passar por transformações curriculares para promover a valorização da identidade negra brasileira e africana como afirma Alexandre:

Uma educação mais justa, igualitária e democrática para a população negra. Parte do pressuposto que a escola tem que ser transformada para valorizar as diferenças presentes na sociedade. Para isso propõe mudança no currículo, no comportamento dos professores e dos alunos (ALEXANDRE, 2011, p. 94).

Conforme afirma Alexandre, a escola enquanto instituição de ensino tem o papel de promover a valorização das diferenças presentes em nossa sociedade, mas frequentemente falha no cumprimento de sua função social. Ao abordar inadequadamente no currículo escolar termos, expressões depreciativas ao negro, a

escola exclui socialmente os alunos que possuem origens africanas, permitindo surgir em sala de aula ofensas preconceituosas aos estudantes. Estes muitas vezes se sentem humilhados, ocorrendo inclusive a negação de suas origens por não quererem ser recriminados/discriminados pelos colegas. Em consonância, Alexandre (2011, p. 89) diz que

A escola tem papel fundamental na formação humana, nela se encontra crianças de diferentes origens e diferentes segmentos sociais. No entanto, o quadro das relações raciais no Brasil, mostra que a escola não está cumprindo sua função social no que se refere às relações étnico-raciais. (...) o espaço escolar tem sido hostil com crianças caracterizadas como diferentes.

Dessa forma, a escola tem um papel fundamental na inclusão e na formação de uma identidade voltada para o respeito às diferenças culturais, sociais, entre outros. É preciso planejar aulas que contemplem as culturas/histórias de grupos sociais que foram apagadas por séculos na nossa sociedade, pois pouco se fala das culturas indígenas e africanas, por exemplo. Para formar estudantes autônomos capazes de protagonizar sua história e valorizar sua identidade, os educadores necessitam discutir uma mudança no currículo escolar, reunir material em conjunto com as áreas do conhecimento e desse modo selecionar o conteúdo que promoverá a formação e a valorização das diferenças étnicas.

Com a implantação da Lei 10.639/03 houve uma mudança nas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, entretanto, ainda há algumas escolas que ignoram tais mudanças. A lei foi criada com o objetivo de promover nas escolas, especificamente em sala de aula, a valorização da cultura afro-brasileira como um importante acontecimento histórico e social na formação da sociedade brasileira. Os negros são protagonistas no processo histórico que o Brasil passou até tornar-se uma República democrática, são sujeitos históricos que formaram junto com outras culturas o que somos na atualidade. Com isso as escolas precisam mostrar aos estudantes a importância da cultura negra para a construção identitária do “ser” brasileiro. Não se pretende desprestigiar as diferentes culturas e miscigenações presentes na formação do Brasil, contudo se sabe que as culturas afro-brasileiras foram, ao longo do tempo, negadas e apagadas da história, sendo necessárias políticas de afirmação e valorização do povo negro no Brasil.



Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) em homenagem ao dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Há escolas que promovem atividades comemorativas e de conscientização desta data, porém muitas vezes esta “conscientização” se resume apenas a este dia, não sendo abordado durante o ano letivo outro tipo de atividade. Sabe-se que a instituição da data tem por objetivo garantir o reconhecimento da cultura africana e afrodescendente e valorizá-la em sua diversidade e sua influência na formação da cultura brasileira. A história mostra a luta e a resistência dos negros liderada por Zumbi e que oportuniza uma crescente conscientização contra o preconceito e a discriminação racial.

Em relação ao conteúdo tratado no currículo escolar e o modo como é abordado a história e a cultura africana em sala de aula, Bernard (1987, p.18 apud OLIVA; WLAKER, 2011, p. 172) afirma que é “preciso observar que nos terrenos da sociologia, história e antropologia o negro tem sido ampla e seriamente estudado, na área dos estudos literários não se dá o mesmo”. Como se vê, há uma carência de pesquisas na área da literatura sobre o tema, havendo a necessidade de se estudar e promover reflexões sobre as literaturas africanas, apresentando escritores, obras, marcas culturais. Ademais, apresentar aos estudantes as condições de produção e de circulação dos textos literários que falam e mostram a África pelo ponto de vista dos próprios africanos.

Segundo Gomes (2010, p. 103), há no Brasil educadores que se encontram em uma situação de insegurança e desconhecimento diante do trato pedagógico da diversidade étnico-racial. Há um imaginário pedagógico de que a questão racial é uma tarefa restrita aos professores que assumem uma postura política diante da mesma, ou que é um assunto de interesse somente de professor(a) negro(a). A autora fala também que esse assunto é pouco discutido em cursos de formação de professores e que sua inserção ainda é permeada de resistência nos currículos de Pedagogia e de Licenciatura.

O que se pode observar é que ainda não é fácil discutir as questões raciais na escola uma vez que há resistência por parte de muitos em aceitar que o preconceito e a desigualdade ainda permeia fortemente a sociedade. Segundo Gomes (2010) o diálogo entre a pedagogia multirracial e popular com o pensamento e a pedagogia escolar não tem sido tão simples. A pesquisadora afirma que

Somente nos finais dos anos 80 e 90, no Brasil, redes de ensino, sobretudo municipais, e coletivos docentes tentam trazer as contribuições da pedagogia popular para o sistema escolar. Nesse processo, o movimento negro, intelectuais e educadores encontram no sistema escolar um campo privilegiado de intervenções, sobretudo nas instituições públicas populares onde a diversidade étnico-racial é mais presente e desafiante. Dificilmente a professora e o professor, a direção e a coordenação podem ignorar que preparam aulas, administram projetos educativos em um diálogo com crianças e adolescentes, jovens e adultos que carregam a diversidade étnico-racial para as aprendizagens, a socialização e a formação, para os convívios nas salas de aula e nas escolas. Os avanços, ainda que tensos, no reconhecimento da diversidade étnico-racial, por parte do pensamento educacional, das políticas, dos currículos e didáticas, da coordenação e da docência talvez sejam um dos elementos mais instigantes para o repensar e o fazer educativos no sistema escolar (GOMES, 2010 p. 112).

Assim, é papel de todos na comunidade escolar repensar as práticas em sala de aula, reformular os posicionamentos, olhar numa perspectiva diferente. Há, muitas vezes, um silenciamento sobre as tensões raciais que estão chegando às escolas brasileiras, isso apenas dificulta ainda mais o enfrentamento dos conflitos. Se não há como ocultar as tensões raciais e silenciá-las na sociedade, não há como teimar em ocultá-las e silenciá-las no sistema escolar tanto na educação infantil quanto no ensino superior (Gomes, 2010).

Atualmente, em relação às africanidades no Brasil, percebe-se que alguns educadores estão mais sensíveis e abertos a buscarem diferentes formas de práticas pedagógicas para trabalhar a diversidade étnico-racial no cotidiano das escolas. A realidade das escolas é preocupante e desafiadora. Nilma Gomes (2010) afirma que o que parecia apenas preocupação de militantes do Movimento Negro, de intelectuais e pesquisadores passou a ser também de educadores que reconhecem a diversidade cultural na sociedade, tornando essa questão uma interrogação para o sistema educacional. É necessário reformular os currículos, as didáticas e as propostas pedagógicas para promover efetivamente a concretização da lei nº10.639/03. Contudo,

A escola tem sido e continua sendo extremamente reguladora dos diferentes, dos povos e coletivos social e culturalmente marginalizados. A estrutura do sistema tem estado a serviço da regulação desses coletivos. Neste quadro o diálogo não será fácil. Será tenso e marcado por fortes resistências a renunciar esse papel regulador e assumir um papel emancipatório. Este é um dos pontos mais tensos nas tentativas de um diálogo entre as pedagogias escolares e a pedagogia popular, multirracial: a tensão entre regulação e emancipação (GOMES, 2010, p. 119).

A autora aborda a importância da escola em mudar sua postura reguladora dos diferentes, porque há uma necessidade de transformar a instituição de ensino em um



lugar de interação social que torne o aluno um protagonista, compartilhando suas experiências e o seu conhecimento de mundo. A escola precisa promover o letramento crítico, não permitindo a exclusão e a legitimação de estereótipos ou pensamentos preconceituosos no cotidiano escolar. Pensar que não discutir ou tratar o tema em sala de aula e em cursos de formação resolverá o assunto é somente silenciar a realidade da comunidade escolar. Outro ponto a ressaltar refere-se à qualidade dos materiais utilizados em sala de aula, não basta apresentar a cultura africana sem uma abordagem que valorize e promova debates e ensinamentos valiosos para os estudantes, precisa-se cuidado na escolha dos livros didáticos porque são utilizados por três anos nas escolas, sendo em alguns casos, o único material de acesso de estudantes. Os livros didáticos de língua portuguesa e literatura precisam trazer obras literárias escritas por autores africanos e personalidades negras, se possível na íntegra, não fragmentando os textos, tornando acessível o conhecimento sobre as escritas africanas.

## O livro didático do 9º ano *versus* Lei 10.639/03

O livro didático de língua portuguesa é importante no auxílio ao professor em sala de aula por ser acessível, assim é garantido a todos os estudantes receber um exemplar. Outro ponto a ser valorizado é o fato de trazerem diferentes gêneros textuais e atividades pertinentes ao se trabalhar determinados conteúdos. O livro didático *Português: Linguagens, 9º ano* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2012) utilizado no 9º ano, não possui nenhum texto literário de escritor africano, desse modo, houve a necessidade de analisar este livro didático e apresentar quais as atividades utilizadas pelos autores da obra para promover o contato dos estudantes com as culturas africanas.

Para tratar sobre o papel e a importância do livro didático na escola, Paiva (2009) fez um estudo histórico sobre o mesmo, apresentando as mudanças dos livros até chegar ao que conhecemos hoje. Segundo Mello Jr. (2000 apud PAIVA 2009), o livro que conhecemos hoje surgiu por volta do Século II D.C. no Ocidente como resultado de uma revolução que representou a substituição do *volumen* pelo *Códex*, por ser mais prático que o anterior. Este novo formato tinha algumas vantagens por ser utilizado os dois lados, assim possibilitou que um número maior de textos ficasse reunido num só

volume do livro, absorvendo o conteúdo de diversos rolos do *volumen* e a organização obtida através da paginação criou uma facilidade para seu manuseio.

Com a invenção da imprensa no século XV, a produção de livros se estabeleceu criando uma nova dimensão para a humanidade: a cultura letrada. Assim, os livros deixaram de ser copiados à mão e passaram a ser produzidos em série. Nessa época havia o problema da escassez do papel e isso fazia com que as escritas antigas fossem raspadas, possibilitando a reutilização do papel ao escreverem por cima da folha, segundo Paiva (2009).

Com o avanço da impressão do livro, este passou a ser muito utilizado na educação. Hoje os livros, sobretudo didáticos, são distribuídos pelo governo a todas as escolas públicas. Para muitos alunos, o livro distribuído nas escolas é o único material de estudo, inclusive de leitura, sem esquecer que para muitos professores de escolas públicas, o livro didático é o material que supre as dificuldades pedagógicas, de acordo com Silva (apud COSTA, 2007, p. 25). Os estudos sobre o livro didático vêm sendo realizados a partir da década de 50. Os pesquisadores investigam como o livro didático é utilizado em sala de aula, o seu papel, suas contribuições, suas falhas, e entre outras indagações como eles abordam ou não a diversidade cultural presente no Brasil.

O professor tem hoje à sua disposição diferentes livros didáticos que chegam às escolas públicas, tais livros estão filiados a abordagens distintas e cabe ao grupo de professores da disciplina de língua portuguesa de uma escola escolher qual o material que melhor se adequa a realidade de seus aprendizes. Há materiais que visam à abordagem estrutural e outros a abordagem comunicativa, o que de acordo com Paiva (2009) indica que temos dois conceitos de ensino/aprendizagem de língua – língua como um conjunto de estruturas e língua como comunicação:

A concepção de língua como estrutura corresponde a sujeito determinado, ‘assujeitado’ pelo sistema, caracterizado por uma série de “não consciência”. Nessa concepção de língua como um código- portanto como mero instrumento de comunicação. (...) Na concepção interacional da língua o sentido é construído em uma atividade altamente complexa (...), mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2008, p.11)

Conforme Koch (2008), é importante se atentar a concepção interacional da língua, assim, o livro deverá apresentar textos e atividades que exijam um conhecimento de mundo dos aprendizes. Nem sempre o ato de escolher garante um livro didático

perfeito para a realidade dos alunos, há livros que valorizam alguns aspectos e falham em outros, desse modo, o professor precisa solucionar aquilo que ficou falho, inclusive as concepções de língua apresentadas no material didático. Entretanto, não é pela grande quantidade de materiais didáticos que há hoje no mercado que o professor irá adotar o seu livro como uma bíblia, algo acima de qualquer outro recurso pedagógico, ficando preso apenas e somente nele. O professor deve utilizar outros recursos como vídeos, páginas da internet, imagens, músicas, filmes, obras literárias na íntegra, entre outros recursos, que contemplem a realidade de sua escola como complemento do livro adotado. Melhor seria se o livro didático fosse apenas um complemento do material utilizado pelo professor.

Uma vantagem do livro didático segundo Hyland (2000 apud TILIO, 2008) é o reforço do reconhecimento da disciplina como ciência, pois ajuda a disseminar conhecimentos. Desse modo, a falta de livros didáticos publicados em uma determinada área pode levar ao não reconhecimento dessa área, pois a publicação ajuda a legitimar como ciência a disciplina. No entanto, uma das desvantagens do livro didático é o tempo que se leva entre a escrita e sua publicação, tornando-o ultrapassado em relação a alguns textos ou assuntos, como o gênero notícia, por exemplo. Kuhn (1963 apud TILIO, 2008) destaca também a forma autoritária como os conteúdos são apresentados no livro didático, às vezes limitando o pensamento dos estudantes ao expor determinados conteúdos como fatos indiscutíveis, verdades universais. Muitas vezes, sob um único ponto de vista, reforçando estereótipos, como exemplo, apresentar o falar caipira como errado/inadequado em relação à gramática, ou mesmo, representar o negro de forma negativa ou inferiorizada em comparação com pessoas brancas, ocupando lugar de destaque.

Por ser o principal recurso didático pedagógico e estar presente desde as séries iniciais de escolarização, o livro didático é visto como um legitimador de “verdades”. É um material pedagógico frequentemente concebido a partir de visões distorcidas acerca dos seres humanos e das relações que estabelecem entre si e entre os grupos, dentre estes aspectos estão os relacionados às questões raciais. Ele é o suporte material que chega aos professores e alunos com conteúdos sistematizados a serem desenvolvidos no âmbito de cada disciplina do currículo, é o responsável não só pela sintetização dos conteúdos, mas também apresenta, muitas vezes, o que a elite intelectual pensa sobre a

educação e como ela deve ser conduzida no processo escolar de acordo com Costa (2007, p. 31).

O livro didático adotado pelos professores de língua portuguesa para ser trabalhado no 9º Ano nos anos 2014, 2015 e 2016 na Escola José Domingos Fraga foi *Português: Linguagens, 9º ano* de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Ele possui quatro unidades com três capítulos cada. Um dos critérios utilizados para a escolha foi devido à diversidade de gêneros apresentados. Outro ponto positivo observado no livro didático foi a forma como trata a respeito das tecnologias direcionando aos adolescentes, apresentando gêneros atuais como jogos eletrônicos, blogs, infográficos, etc.. Dessa forma, há no livro sequências de atividades explicadas passo a passo para o professor desenvolver com seus alunos no laboratório de informática.

Dentre as quatro unidades deste livro, apenas a unidade três, intitulada “Juventude”, apresenta em seu terceiro capítulo um conteúdo voltado à cultura africana. Este capítulo recebeu o nome de “A permanente descoberta”, nele há uma crônica argumentativa de Artur da Távola “Ser jovem” e aborda reflexões sobre a juventude de uma forma poética e literária. Em seguida há sete perguntas relacionadas à compreensão e interpretação da crônica, quatro questões sobre a linguagem do texto e mais quatro no cruzando linguagens, essa coletânea de perguntas são para que os alunos demonstrem o que entenderam da leitura que fizeram. Logo depois, há um poema “Eu em mim” de Carlos Queiroz Telles, o objetivo é a fruição e também para servir como base para uma produção textual solicitada posteriormente. Na etapa denominada produção de texto, é apresentada aos alunos uma dissertação-argumentativa “Há incerteza na mudança”, esse texto foi produzido pelo candidato Aldebaran do Prado Júnior que pleiteava uma vaga no curso de Engenharia Química da Unicamp-SP, para nortear os alunos sobre o gênero abordado. O livro apresenta em seguida sete questões sobre o texto trabalhado a fim de avaliar a compreensão dos alunos.

Em todo capítulo há uma atividade “Agora é a sua vez” que é voltado para o exercício de produção textual. Nessa etapa há duas perguntas “Você acha que, no Brasil, existe preconceito racial? Se sim, acha que ele é assumido ou enrustido?”. Desse modo, estes questionamentos introduzem o texto dissertativo-argumentativo e faz com que o aluno busque a resposta em uma pesquisa apresentada em seguida. O texto que se segue

são análises feitas pelo instituto Datafolha de uma pesquisa sobre o tema preconceito racial. Neste texto são comparados os dados de 1995, com uma nova pesquisa sobre o mesmo tema feita em 2008. Na pesquisa são apresentadas três textos de gêneros diferentes, o primeiro expõe a porcentagem de pessoas que concordam com frases preconceituosas ditas por muitos em situações cotidianas:



Figura 1- Frases  
(CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 177)

Como se pode observar a quantidade de pessoas que concordavam com frases preconceituosas em 1995 caiu quase pela metade em comparação com 2008, segundo o texto isso ocorreu pelo fato da popularização do discurso politicamente correto e também por muitos brasileiros jogarem o preconceito para o outro, eles são, mas eu não. Há também a figura 2, que apresenta um gráfico sobre a discriminação.

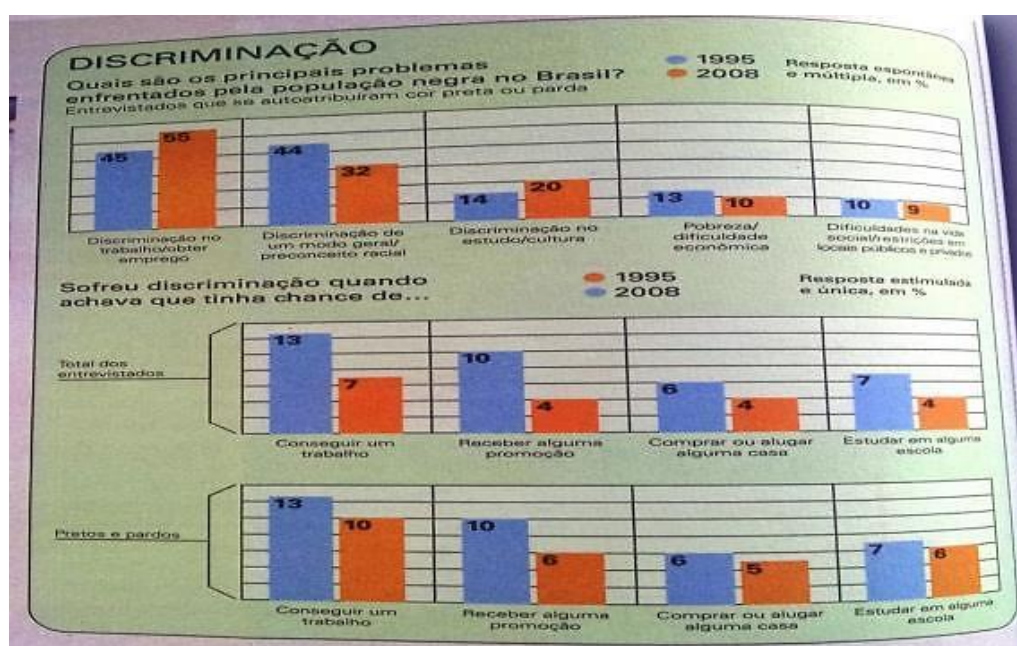


Figura 2- Discriminação  
(CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 178)



O gráfico mostra os resultados obtidos por meio da pergunta “Quais são os principais problemas enfrentados pela população negra no Brasil?”. As pessoas que se auto atribuíram cor preta ou parda disseram que há mais discriminação no ambiente de trabalho, como também no momento de obter emprego, ocorrendo elevados números tanto em 1995 quanto em 2008. Já a figura 3 apresenta uma charge com um negro sendo humilhado e torturado no tronco por um homem branco e uma legenda “Relaxe! Daqui uns dois ou três séculos isso sara!”:



Figura 3- História  
(CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 179)

Diante da figura 3, é possível inferir a crítica relacionada à história de sofrimento cruel, violenta e desumana que o negro viveu, apontando o longo tempo que essa ferida marca a sociedade, não sendo esquecida. Há nesse texto a representação da exploração do trabalho por meio de uma fila de personagens negras carregando objetos pesados na parte superior da imagem, além de revelar a crueldade no canto direito, retratando pessoas negras acorrentadas. Contudo, o que causa no leitor pesar e desconforto é o personagem sendo açoitado no centro da charge num plano que salta aos olhos do leitor.

O livro didático ainda apresenta, junto às figuras 1, 2 e 3, as opiniões de especialistas que interpretam os dados apresentados, e para complementar traz um depoimento de Edson Santos, então ministro da Igualdade Racial em 2008. O ministro relata um fato que ocorreu entre ele e uma aeromoça enquanto embarcava para fora do país. Ao declarar que era ministro para a aeromoça, a mesma perguntou de qual igreja



era ministro. Desse modo, Edson Santos expõe o preconceito que sofreu devido à sociedade, segundo ele, ainda não estar acostumada a ver negros em cargos de chefia. Depois da leitura de todos os textos, a atividade solicitada nesse capítulo do livro é uma dissertação-argumentativa com o tema: Brasil: um país sem preconceito?

Neste livro didático o que é apresentado aos alunos sobre o negro é somente os conflitos étnico-raciais, o preconceito racial. Em relação à diversidade cultural africana que deveria estar presente nas muitas páginas do material didático, não está. O que ocorre é um silenciamento das múltiplas vozes presentes na diversidade cultural negra, assim não há no livro didático marcas históricas e culturais africanas, de modo a abordar a valorização da identidade africana no Brasil. Há sim, um apagamento que simplifica e minimiza a complexidade cultural e identitária de um povo apresentando apenas um aspecto: a discriminação racial. Ao trabalhar com este livro, o professor ficará com a responsabilidade de não tratar este tema de modo a reforçar estereótipos e resumir a cultura apenas à discriminação e ao preconceito. Não é que não se pode trabalhar essa temática em sala, o problema é que esse assunto está desgastado, devido ter sido sempre abordado quando se fala em africanidades.

Dessa forma, não há em todo o livro um texto literário de um escritor africano, muito menos outros gêneros que promovam a valorização da riqueza e da diversidade da cultura, por isso há a necessidade do professor elaborar uma atividade que colabore com a valorização da identidade negra na escola, uma vez que o livro didático não contempla essa temática.

Este livro didático *Português: Linguagens, 9º ano*, utilizado nas aulas de português apresenta pontos positivos em relação ao tema tecnologia, trabalha por meio de sequências didáticas, porém falha ao não abordar as culturas/literaturas africanas de maneira diferenciada e atrativa. Precisa-se de um livro didático que apresente, por exemplo, escritores/personalidades africanos, principalmente de países de língua portuguesa, para que os estudantes possam conhecer e compreender a cultura de povos que foram e são tão importantes para a construção da identidade brasileira que conhecemos hoje. Desse modo, o livro não deve sintetizar toda a diversidade negra somente a elementos que se enraizaram estigmatizados na sociedade quando se pensa africanidades, como a capoeira, a dança, os pratos típicos/ feijoada, além do tema mais

presente nos livros didáticos: a escravidão segundo uma visão europeia. Nilma Gomes corrobora afirmando

Como se tornou habitual abrir encontros de professores levando crianças e adolescentes negros para espetáculos de capoeira, rap, músicas, danças, coreografias. Nem sempre nos conteúdos das palestras, dos cursos e das oficinas suas culturas e seus saberes são objetos de reflexão, reconhecimento e respeito (GOMES, 2010, p. 127).

Conforme o excerto, apresentar superficialmente uma cultura tão complexa e rica não basta para promover sua valorização. As atividades desenvolvidas em sala precisam oportunizar reflexões que resgatem a memória/ o respeito ao negro como sujeito de uma história e necessitam abrir espaço a uma vivência escolar harmônica que possibilite o reconhecimento da diversidade e da riqueza do outro. Como afirma (AMÂNCIO, 2008) compreender isso é aceitar que há outro tipo de saber que precisa ser respeitado pelo seu valor.

## Conclusão

As considerações finais partem, aqui, da reflexão da Lei 10.639/03 e a forma como as relações étnico-raciais são tratadas na escola, bem como a análise de modo geral do livro *Português: Linguagens, 9º ano* utilizado nas aulas de língua portuguesa. Foi possível observar que este livro não contempla efetivamente o que diz a Lei 10.639/03, afinal a lei estabelece que as escolas promovam, especificamente em sala de aula, a valorização da cultura afro-brasileira como um importante acontecimento histórico e social na formação da sociedade brasileira. Os negros são protagonistas no processo histórico que o Brasil passou até tornar-se uma República democrática, são sujeitos históricos, com isso as escolas precisam mostrar aos estudantes a importância da cultura negra para a construção identitária do que somos hoje enquanto nação.

Com a Lei 10.639/03 também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. A instituição deste dia tem por objetivo garantir o reconhecimento da cultura africana e afrodescendente, valorizá-la em sua diversidade e sua influência na formação da cultura brasileira. Há escolas que promovem atividades comemorativas e de conscientização nesta data, porém muitas vezes esta conscientização resume apenas a este dia especificamente, isso também precisa ser objeto de reflexão nas escolas.

A respeito do professor de língua portuguesa, é preciso compreender que se o livro didático não contempla a relevância do estudo das literaturas africanas, cabe ao professor buscar outras formas de inserir estes textos literários na escola, por exemplo, por meio de impressões de gêneros curtos como contos, crônicas, poemas, disponíveis na internet, ou mesmo, por aquisições de obras de escritores que são publicados no Brasil.

Por meio da aplicação da sequência didática elaborada no Mestrado Profissional em Letras, a ausência de textos literários foi superada ao se buscar outras formas de acesso às literaturas africanas, utilizando, por exemplo, os textos disponíveis na internet<sup>4</sup>. Assim, foi possível verificar de início o desconhecimento dos estudantes em relação à escrita dos escritores de países africanos. Ao término das atividades observou-se o interesse dos alunos e a aproximação cultural adquirida por meio da leitura dos contos africanos. Por meio desse trabalho foi possível desconstruir estereótipos e visões depreciativas da cultura africana, pois a literatura não é a única forma de romper com o preconceito, mas é um dos mais sucedidos recursos que o professor possui para isso. Neste sentido, Candido, numa palestra realizada numa reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ressaltou que

Há conflito entre a ideia convencional de uma literatura que eleva e edifica (segundo os padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores. Ela não corrompe nem edifica, portanto; mas trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver. (CANDIDO, 1995, p. 176).

Dessa forma, o acesso à literatura promove a valorização dos aspectos culturais de uma sociedade compreendendo e respeitando seus traços e marcas históricas, uma vez que a literatura humaniza. Candido (1995, p. 180) entende por humanização “o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o

<sup>4</sup> Links com sugestões de textos literários de escritores africanos:

<https://www.ueangola.com/livros-on/item/638-boneca-de-pano-colect%C3%A2nea-de-contos-infantis>  
<https://dariodemelo.wixsite.com/octogenarioangolense/copia-contos>  
<https://www.conexaolusofona.org/faca-aqui-o-download-gratuito-de-34-contos-africanos/>  
<https://editoragrafset.com/34-contos-africanos-estao-disponiveis-para-download-gratuito/>  
<http://doczz.com.br/doc/19107/de-autores-angolanos-de-autores-angolanos>  
<https://pt.calameo.com/read/0009875983b21ab7eba2d>  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/358812/mod\\_resource/content/1/HONWANA%20-%20N%C3%B3s%20matamos%20o%20c%C3%A3o%20tinhaso.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/358812/mod_resource/content/1/HONWANA%20-%20N%C3%B3s%20matamos%20o%20c%C3%A3o%20tinhaso.pdf)

afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida”, bem como “o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor”. Para o crítico a “literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (CANDIDO, 1995, p. 180). Assim, o livro didático deve disponibilizar aos estudantes o contato com textos literários e quanto maior a diversidade maior será a humanização em seu sentido mais profundo.

## Referências

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Míriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ALEXANDRE, Ivone J. **A formação de professores e a educação para as relações étnico-raciais**. In: STRAUB, Ilário. EAD: tecnologia pedagógica e formação continuada. UNEMAT Sinop/MT, 2011.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. São Paulo: Duas cidades, 1995, p. 235-263.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens, 9º ano: língua portuguesa**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, Candida da Soares. O negro no livro didático de língua portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores. Coleção Educação e Relações Raciais, 3. Cuiabá, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. 1. ed., 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. 2007. Disponível: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/242>

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVA, Luzia A.; WALKER, Marli. **Negritude e ideologia na literatura infanto-juvenil na obra xixi na cama, de Drummond Amorim**. Revista de LetrasNorte@mentos – Revista de Estudos Linguísticos e Literários. Edição 07 – Estudos Literários 2011/01.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **História do Material Didático.** UFMG/CNPq/FAPEMIG), 2009.

TILIO, Rogério. **O papel do livro didático no ensino de língua estrangeira.** Revista eletrônica do Instituto de Humanidades, volume VII, número XXVI - Jul-Set, 2008.

**Submetido em: 28 maio 2019.**

**Aprovado em: 29 maio 2020.**